

Bianca Camargo Martins
(Organizadora)

Arquitetura e Urbanismo: Planejando e Edificando Espaços 2

Bianca Camargo Martins

(Organizadora)

Arquitetura e Urbanismo: Planejando e Edificando Espaços

2

Atena Editora

2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
G345	Arquitetura e urbanismo [recurso eletrônico] : planejando e edificando espaços 2 / Organizadora Bianca Camargo Martins. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Arquitetura e Urbanismo. Planejando e Edificando Espaços; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-72474-47-4 DOI 10.22533/at.ed.474191007 1. Arquitetura. 2. Planejamento urbano. 3. Projeto arquitetônico. I. Martins, Bianca Camargo. II. Série. CDD 711
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Um dos principais problemas estruturais do Brasil é a desigualdade social. O abismo existente entre as classes sociais é resultado de um sistema desigual que massacra e exclui a população de menor renda de modo contínuo desde o período colonial.

Hoje, quando olhamos para as cidades brasileiras, vemos claramente a materialização da desigualdade na paisagem urbana. Os efeitos nocivos da especulação imobiliária e a valorização do preço da terra se manifestam de diversas formas no urbano, seja na expansão desenfreada, nos vazios urbanos ou na multiplicação das ocupações. Os diferentes modos de habitar mostram que a segregação socioespacial está enraizada no cotidiano da população, desde os endereços mais privilegiados até aos assentamentos informais.

O foco da presente edição do livro “Arquitetura e Urbanismo: Planejando e Edificando Espaços” mostra a importância da discussão sobre o direito à boa arquitetura, o direito à moradia e, sobretudo, o direito à cidade.

Os textos aqui contidos são um convite à reflexão e reúnem autores das mais diversas instituições de ensino superior do Brasil, sejam elas particulares ou públicas, distribuídas entre vários estados, socializando o acesso a estas importantes pesquisas.

Certamente os trabalhos aqui apresentados são de grande relevância para o meio acadêmico.

Aproveite a leitura!

Bianca Camargo Martins

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
POR UMA AGENDA PÚBLICA PERMANENTE NO CAMPO DOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	
<i>Gabrielle Astier de Villatte Wheatley Okretic</i> <i>Simone Bandeira de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910071	
CAPÍTULO 2	15
PROJETO URBANO, RISCO E VULNERABILIDADE EM FAVELAS: COMO LIDAR COM UM TERRITÓRIO EM PERMANENTE TRANSFORMAÇÃO?	
<i>Pablo Cesar Benetti</i> <i>Solange Araujo de Carvalho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910072	
CAPÍTULO 3	31
REFLEXÕES ACERCA DOS PROCESSOS DE IMPLANTAÇÃO DE ASSENTAMENTOS HABITACIONAIS: PUBLICAÇÃO DE RESULTADOS PARCIAIS DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	
<i>Andréa Cristina Soares Cordeiro Duailibe</i> <i>Lorena Gaspar Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910073	
CAPÍTULO 4	46
RECLAMAR OU AGRADECER: A PRECÁRIA URBANIZAÇÃO DE FAVELAS DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO-PAC	
<i>Josélia Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910074	
CAPÍTULO 5	60
URBANIZAÇÃO DE FAVELAS PAUTADA POR DIRETRIZES DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA- LIÇÕES APRENDIDAS COM A ABERTURA DA RUA 4 - ROCINHA, RIO DE JANEIRO	
<i>Daniela Engel Aduan Javoski</i> <i>Tatiana Terry</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910075	
CAPÍTULO 6	78
DA CONCEPÇÃO À ENTREGA DO PROJETO DE URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTO PRECÁRIO: O CASO DO LOTEAMENTO MELISSA, CASCAVEL- PR	
<i>Karen Alessandra Solek Soares</i> <i>Fabíola de Souza Castelo Cordovil</i> <i>Marilda Thomé Paviani</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910076	

CAPÍTULO 7	94
A QUESTÃO FAVELA EM ANGRA DO REIS: ANÁLISE DE UM JORNAL “SANGRENTO” EM UMA PESQUISA LONGITUDINAL	
<i>Rodrigo Torquato da Silva</i> <i>Danielle Tudes Pereira Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910077	
CAPÍTULO 8	110
BRÁS DE PINA: MEMÓRIA DA EXPERIÊNCIA PARTICIPATIVA NA URBANIZAÇÃO DE UMA FAVELA	
<i>Soraia Santos da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910078	
CAPÍTULO 9	128
DISCURSOS COMUNITÁRIOS SOBRE A IDENTIDADE DO ASSENTAMENTO INFORMAL CÓRREGO DA BATALHA NA CIDADE DE JABOATÃO DOS GUARARAPES – PE	
<i>Ronaldo Augusto Campos Pessoa</i> <i>Fabiano Rocha Diniz</i> <i>Sílvio Jacks dos Anjos Garnés</i> <i>Fernanda Maria Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910079	
CAPÍTULO 10	140
PLANO POPULAR DA VILA AUTÓDROMO - LUTA E RESISTÊNCIA COMO RESPOSTA AO URBANISMO AUTORITÁRIO	
<i>Karyne Cristine Maranhão de Matos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100710	
CAPÍTULO 11	154
SEGREGAÇÃO E PERIFERIA: A EXPRESSIVIDADE DA COMUNIDADE DO TIMBÓ EM JOÃO PESSOA-PB	
<i>Ana Luzia Lima Rodrigues Pita</i> <i>Jakeline Silva dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100711	
CAPÍTULO 12	169
AS OCUPAÇÕES NO CENTRO DE VITÓRIA, ES: MORADIA OU RUÍNA?	
<i>Clara Luiza Miranda</i> <i>Lutero Proscholdt Almeida</i> <i>Lucas Martins</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100712	
CAPÍTULO 13	192
GESTÃO INTEGRADA E GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM FAVELAS E LOTEAMENTOS PRECÁRIOS	
<i>Raul de Almeida Miranda</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100713	

CAPÍTULO 14	207
DESCONSTRUÇÕES NORMATIVAS: DO PROCESSO HISTÓRICO DE CONSTITUIÇÃO DE DIREITOS À ATUAL CONJUNTURA DE RETROCESSOS. O CASO DA LEI FEDERAL 13.465/2017	
<i>Vívian Alves de Assis</i>	
<i>Gabriela Fauth</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100714	
CAPÍTULO 15	213
REGULARIZAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO URBANO EQUILIBRADO	
<i>Aline Oliveira de Lucia Santos</i>	
<i>Érico da Silva Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100715	
CAPÍTULO 16	231
CONCEPÇÕES PARA TRATAR A RESILIÊNCIA URBANA A INUNDAÇÕES POR INTENSAS CHUVAS	
<i>Libys Martha Zúñiga Igarza</i>	
<i>Tamara Tania Cohen Egler</i>	
<i>Aldenilson dos Santos Vitorino Costa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100716	
CAPÍTULO 17	247
URBANIZAÇÃO EM ÁREAS DE INUNDAÇÕES NO MUNICÍPIO DOM PEDRITO	
<i>Wellerson Pessotto</i>	
<i>Alessandro Alves</i>	
<i>Joani Paulus Covaleski</i>	
<i>Luan da Silva Klebers</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100717	
CAPÍTULO 18	263
VERIFICAÇÃO DA VULNERABILIDADE GLOBAL FRENTE AOS PERIGOS DE DESLIZAMENTOS DE MASSAS NA COMUNIDADE PORTELINHA, MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS/RJ	
<i>Clayson Marlei Figueiredo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100718	
CAPÍTULO 19	277
O POTENCIAL DOS INSTRUMENTOS DE LEITURA DA PAISAGEM E DE IMPACTOS AMBIENTAIS NA ORIENTAÇÃO DE PRÁTICAS DE INTERVENÇÃO: O CASO DO RIO ITAPEMIRIM – ES	
<i>Tainah Virginia Cypriano Penna</i>	
<i>Eneida Maria Souza Mendonça</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100719	

CAPÍTULO 20	289
DIMENSÕES HISTÓRICAS DO PROCESSO DE CONFORMAÇÃO DAS ÁREAS VERDES URBANAS EM JUIZ DE FORA, MINAS GERAIS	
<i>Lucas Abranches Cruz</i>	
<i>Caio Freitas Cunha</i>	
<i>Rosilene de Oliveira Barra Lima</i>	
<i>Carla Salazar Machado Sobrinho</i>	
<i>Frederico Braida</i>	
<i>Antonio Colchete Filho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100720	
CAPÍTULO 21	306
AVALIAÇÃO DE TRÊS ÁREAS LIVRES DE CIRCULAÇÃO EM SANTA MARIA: CARACTERÍSTICAS DE MULTIFUNCIONALIDADE DOS ESPAÇOS	
<i>Alice Rodrigues Lautert</i>	
<i>Zamara Ritter Balestrin</i>	
<i>Luis Guilherme Aita Pippi</i>	
<i>Letícia de Castro Gabriel</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100721	
CAPÍTULO 22	320
PLANEJAMENTO PARA ELABORAÇÃO DE DIRETRIZES AUXILIARES À INSERÇÃO DE PARQUES URBANOS: ANÁLISE DE DISPOSIÇÃO A CAMINHADA DO USUÁRIO	
<i>Joani Paulus Covaleski</i>	
<i>Fabiane Viera Romano</i>	
<i>Luis Guilherme Aita Pippi</i>	
<i>Wellerson Pessotto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100722	
CAPÍTULO 23	331
ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA, FINANCEIRA E AMBIENTAL DE PAVIMENTOS EM CBUQ E INTERTRAVADO PARA LOTEAMENTOS RESIDENCIAIS	
<i>José Messias Ribeiro Júnior</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100723	
CAPÍTULO 24	341
APREENSÃO DO ESPAÇO URBANO DA PRAÇA DA MATRIZ DE PAU DOS FERROS A PARTIR DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO AMBIENTAL DE DEL RIO (1990)	
<i>Cícero de França Neto</i>	
<i>Hugo Leonardo Pontes Nunes</i>	
<i>Almir Mariano de Sousa Júnior</i>	
<i>Tamms Maria da Conceição Morais Campos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100724	
SOBRE A ORGANIZADORA	353

SEGREGAÇÃO E PERIFERIA: A EXPRESSIVIDADE DA COMUNIDADE DO TIMBÓ EM JOÃO PESSOA-PB

Ana Luzia Lima Rodrigues Pita

Professora do Centro Universitário UNIFACISA e do Instituto Superior de Educação da Paraíba.

João Pessoa - Paraíba

Jakeline Silva dos Santos

Professora do Centro Universitário UNIFACISA e do Instituto Superior de Educação da Paraíba.

João Pessoa - Paraíba

RESUMO: O processo de crescimento das cidades brasileiras ocorreu de forma acelerada e excludente, como é sabido. Em consequência, as cidades contemporâneas traduzem as mais diversas problemáticas urbanas. Nesse contexto, na cidade de João Pessoa não foi diferente, seu crescimento espalhado acarretou uma segregação socioespacial que se reflete em toda a cidade. A esse respeito, este trabalho pretende demonstrar a realidade segregada vivenciada na Comunidade do Timbó - em João Pessoa-PB - sob os aspectos sociais, configuracionais e de infraestrutura. No Timbó, a população vive em condições sub-humanas marcadas pela precariedade das moradias e dos espaços *públicos*. A pesquisa apoiou-se enquanto método no estudo do caso e dividiu-se em etapas: embasamento teórico e conceitual; pesquisa documental em órgãos competentes e a sistematização e análise das informações. Após o desenvolvimento

da pesquisa pode-se afirmar que o Timbó é segregado sócio e espacialmente devido às condições as quais os seus moradores estão expostos. Afirma-se ainda que a própria configuração interna da comunidade expressa os níveis de precariedade presentes no local. Apesar de toda a problemática exposta e de sua localização margear bairros de classe média e alta, a comunidade é relegada ao descaso do poder público que através da sua ineficiência política veta a integridade do acesso ao direito à cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Favela; Segregação; Cidade informal; Sociabilidade; Precariedade.

SEGREGATION AND PERIPHERY: AN EXPRESSIVITY OF THE TIMBÓ COMMUNITY IN JOÃO PESSOA-PB

ABSTRACT: The process of growth of Brazilian cities occurred in an accelerated and exclusive way, as is known. As a consequence, contemporary cities translate the most diverse urban problems. Within this context, in the city of João Pessoa was no different, its spread growth brought with it a strong sociospatial segregation that is reflected throughout the city. In this regard, this paper intends to demonstrate the segregated reality experienced in the Timbó Community - located in the Bairro dos Bancários, in João Pessoa-PB - under the

social, configurational and infrastructure aspects. In Timbo, the population lives in subhuman conditions marked by precariousness of housing, public space, unsanitary, lack of spaces for sociability and high constructive and population density. To carry out the research were adopted some methodological procedures supported in the study of the case and divided into stages: theoretical and conceptual background; document research in competent bodies and the systematization and analysis of information. After the development of the research, it can be stated that the Timbó is segregated socially and spatially due to the conditions in which its residents are exposed. It is also stated that the internal configuration of the community expresses the levels of precariousness present in the local. Despite all the problems exposed and its location hem middle and upper class neighborhoods, the community is relegated to the indifference of the government that through its policy inefficiency vetoes the integrity of access to the right to the city.

KEYWORDS: slum; segregation; informal city; sociability; precariousness.

1 | INTRODUÇÃO

Os temas da segregação socioespacial, bem como, do problema habitacional no Brasil têm ocupado destaque nos estudos urbanos há décadas. A própria ideia de segregação remete à separação de determinados grupos sociais no meio urbano das cidades como reflexo das relações sociais, políticas e culturais vigentes, constituídas a partir da estrutura e da estratificação social. No caso da segregação habitacional cabe salientar também a questão do acesso à terra em diferentes localizações e valores.

Segundo Bógus (2009), nos últimos anos, foram muitos os pressupostos teóricos sobre a segregação. Entre eles, destacam-se aqueles difundidos pela sociologia da Escola de Chicago, pela sociologia urbana Marxista, anos de 1960 e 1970, e pelas abordagens mais recentes que centrariam na dualidade social e espacial. A partir desta visão, a segregação pode ser compreendida como a localização específica de determinados grupos sociais em relação a outros, resultando daí a ideia de distância espacial como expressão da diferença social.

Alguns autores marxistas também enfatizaram o papel do Estado como um dos agentes de maior influência na estruturação urbana, atribuindo a este, papel central na divisão social das cidades. E, assim, trabalhos mais recentes procuram verificar o aumento da segregação habitacional a partir do aumento da globalização sobre as cidades quando o capitalismo assume proporções mundiais.

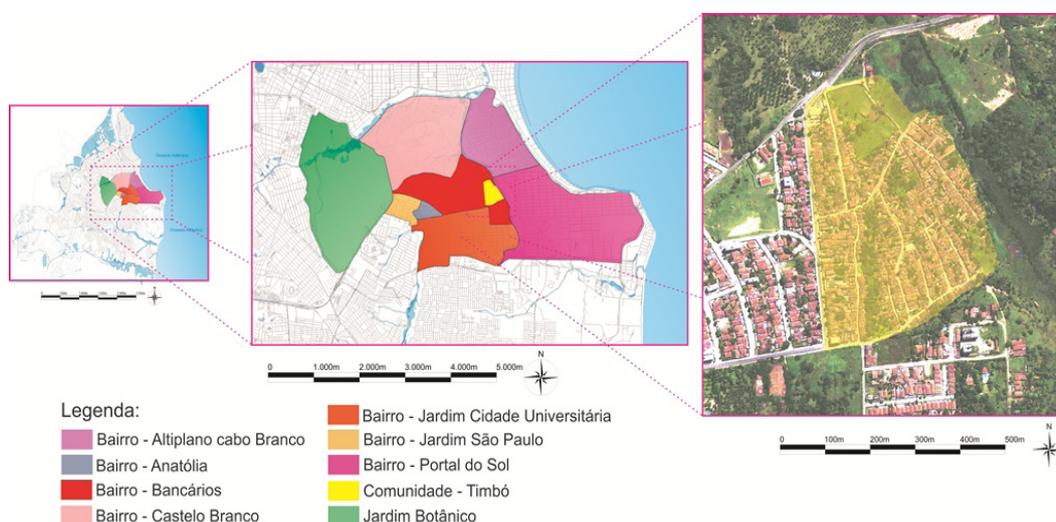
Pode-se dizer que mundialmente tem-se a reprodução de diferentes contextos de situações de exclusão em decorrência da segregação, o que nos assegura quanto à relevância de estudar esta problemática a partir de suas formas de expressão, considerando as especificidades locais. Neste sentido, evidencia-se a importância das políticas públicas urbanas de combate aos mecanismos segregadores ou produtores de segregação e/ou minimizar seus efeitos desenvolvendo soluções urbanísticas que possibilitem uma maior inclusão social, como também, maior acesso aos serviços

urbanos. Para Alva (1997) trata-se do encontro entre “cidade legal” e a “cidade real”, sendo esta resultante dos assentamentos informais.

No Brasil, a concepção do espaço urbano foi marcada pelo patrimonialismo e pela busca de vantagens pessoais dos grupos dominantes, resultando na constituição de cidades excludentes nas quais trabalhadores de baixa renda não têm acesso garantido à moradia (SCOCUGLIA, 2010), passando a ocupar áreas ilegais, de risco ou impróprias à moradia.

Diante da problemática exposta, esta breve pesquisa é conduzida a partir da reflexão sobre a organização socioespacial no urbano, a qual se apresenta através da segregação urbana, verificando como esta configura e estrutura os territórios. Com o intuito de se entender como esta problemática está representada no espaço da favela e nos seus limites com o bairro, partimos de um estudo de caso realizado na Comunidade do Timbó em João Pessoa – Pb. A comunidade possui 900 domicílios e uma população aproximada de 4.600 habitantes em uma área de 15,832 ha e está inserida no bairro dos Bancários, limite geográfico e social entre os Bairros Portal do Sol e Jardim Cidade Universitária (Mapa 01).

O bairro Portal do Sol é onde está localizado grande parte dos condomínios horizontais de alta renda em área urbanizada da cidade, evidenciando as disparidades da distribuição de renda. Apenas um grande declive em uma via duplicada, delimitada pelo muro alto e extenso do condomínio, separa a comunidade do bairro, sendo possível perceber uma diferença de paisagem. Ressalta-se que a problemática do Timbó não é sua localização, pois encontra-se inserida no setor sul da cidade, em um bairro de classe média dotado de infraestrutura, ruas largas arborizadas, praças, comércio e serviços, além de apresentar um grande crescimento imobiliário. No entanto, o perímetro que compreende a comunidade do Timbó expressa sua precariedade física e estrutural. Essa conjuntura associada à pobreza social, ao abandono e ausência da ação do Estado, como também, aos problemas vinculados às fronteiras e limites, reforçam a segregação e as dificuldades de ordem socioespacial, ambiental e estrutural.



Mapa 1: Localização da comunidade do Timbó em João Pessoa.

Fonte: Autoras, 2012

Como base metodológica este artigo refere-se a um estudo de caso, método utilizado nos estudos urbanos, que busca analisar os modelos de produção da cidade. A pesquisa foi realizada em etapas as quais serão descritas no corpo do artigo. Primeiramente, realizou-se um estudo junto aos órgãos públicos para entender a situação fundiária da comunidade e obter dados demográficos. Posteriormente, pesquisou-se como a comunidade surgiu no contexto histórico da cidade. Após a obtenção desses dados, foram feitas visitas de campo ao Timbó para entender a sua problemática e como a segregação é expressa no mesmo.

2 | A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA E SUA INFLUÊNCIA NO ACESSO À MORADIA

A partir das décadas de 1950, 1960 e 1970 os processos de urbanização e industrialização ocorreram no Brasil levando a população rural a migrar para a cidade em busca de melhores condições de vida. Nesta época, ocorreu a intensificação no processo de urbanização associado ao projeto político brasileiro desenvolvimentista. De acordo com Pequeno (2008) no decorrer do século XX o Brasil vivenciou um processo de urbanização intenso, ocasionando grandes mudanças na distribuição demográfica em seu território, como por exemplo, a dispersão heterogênea da população do meio rural para o urbano. Esta circulação estava associada às transformações na estrutura produtiva, à concentração de oportunidades de trabalho e serviços nas cidades, aos investimentos predominantemente urbanos e às inovações tecnológicas. A partir desse processo de urbanização tem-se um crescimento demográfico nas cidades e conseqüentemente problemas decorrentes das demandas por moradia, transporte e demais serviços urbanos que até então não existiam.

A partir desse panorama, o processo de urbanização desenvolve-se e ganha protagonismo na sociedade contemporânea, baseado, sobretudo, na tecnocracia. Os instrumentos de planejamento não pareciam ser capazes de combater as desigualdades, nem tão pouco as questões de infraestrutura e habitação defasadas. Concentram-se, em questões estruturais associadas a horizontes distantes que inviabilizam sua execução (VILLAÇA, 2001).

Neste cenário as cidades se expandem desordenadamente, algumas com planejamento inadequado outras até mesmo na sua ausência. Então, os sítios pouco atrativos ou áreas não ocupadas dentro dos loteamentos já construídos, começaram a ser apropriados pela população mais pobre. Entretanto, essa situação ocasionou uma descontinuidade do tecido urbano e uma distribuição desigual de serviços públicos nas cidades.

A urbanização brasileira juntamente com os investimentos industriais e a migração da população das áreas rurais para os centros urbanos interferiram diretamente na formação das cidades e na sua configuração socioespacial. As cidades configuraram-se espacialmente em duas partes: de um lado, a cidade informal, desprovida das

benfeitorias, que se desenvolveu na base da irregularidade urbana; do outro, a cidade formal a qual reúne a maioria dos investimentos públicos com melhor infraestrutura. Deste modo, ficam nítidas as diferenças socioespaciais no espaço intraurbano da cidade e a existência de mecanismos de exclusão que refletem na estratificação urbana.

Henry Lefebvre (1999) a segregação no meio urbano é um fenômeno social e espacial. Considera-se social visto que em sua base estão a organização da sociedade e as relações sociais entre as pessoas; e espacial porque as relações sociais acontecem em espaços com infraestruturas diferenciadas.

A partir do entendimento dos conceitos abordados, pode-se refletir que o espaço urbano, ao mesmo tempo em que reflete uma organização social expressa através da segregação na constituição de territórios separados e diferenciados para cada grupo social, retrata mudanças importantes no espaço domiciliar. Nesse sentido, Scocuglia (2010) afirma que a habitação e o solo urbano tornaram-se mercadorias possíveis de serem adquiridas apenas por aqueles segmentos da sociedade que detêm um certo capital.

Na periferia, o tamanho dos lotes impostos pelo mercado não possibilita os recuos exigidos pelas leis de zoneamento em geral. Tais leis são voltadas para solucionar problemas de aparência e cumprir os requisitos da camada social mais abastada; nos bairros populares, quando existem leis, elas são extremamente permissivas. Isso significa que, em tais bairros, tudo se passa como se elas não existissem (VILLAÇA, 2001).

Em João Pessoa, cidade de porte médio localizada na região Nordeste com 791.423 habitantes (IBGE, estimativa 2015), o número de favelas cresce a cada ano. Dados da Organização das Nações Unidas (ONU) mostram no relatório Habitat 2006, um aumento, nos últimos dez anos, do número de pessoas que habitam em favelas no Brasil. João Pessoa aponta um crescimento de 265% da população de favelas (SCOCUGLIA, 2010). Pesquisas indicam que dentre 177.177 domicílios existentes na cidade, 24.735 localizam-se em habitações informais (FAC, 2002). O Censo Demográfico do IBGE (2010) mostra a existência de 64 bairros na cidade, havendo em 59 a presença de aglomerados subnormais com 12,7% da população da Capital, equivalendo a 91.351 habitantes. Toda essa situação exposta converge para dados os quais mostram que João Pessoa passa por problemas habitacionais sérios com o aumento do número de favelas. É importante destacar que com a atualização do senso em 2020, o cenário com relação ao número de favelas pode crescer, levando em consideração o espraiamento das áreas periféricas da cidade.

3 | ESTUDO DE CASO: A COMUNIDADE DO TIMBÓ

3.1 Ocupação e Uso Do Solo

Ao analisar a ortofotocarta de uso e ocupação do solo de 1978 percebe-se que ainda não havia ocupação por moradias irregulares na área, predominava a vegetação nativa e início de desmatamento para abrir caminhos com a realização de trilhas e cultivo. Não havia uma divisão fundiária e nem a existência de ruas, visto que a área tinha a função apenas de Saibreira, sendo explorada para retirada do material. Em virtude dessa exploração, com o passar dos anos, a área que era plana passou a ter uma grande declividade.

Na década de 1980 a área foi transformada com a mudança na forma urbana e na paisagem a partir da ocupação dos primeiros lotes, e como consequência, ocorreu um maior desmatamento com o início do arruamento, formando o tecido urbano com pequenas quadras irregulares próximas ao Rio Timbó. Portanto, tem-se o começo da divisão fundiária de forma aleatória dando início à formação da comunidade. Moradores relataram que quando chegaram à área não havia infraestrutura básica, nem serviços públicos. A área que era um grande vazio urbano configurado como uma vala, se transformou em lugar de moradia. Esse fato comprova a citação de Paola Jacques (2003) quando a autora afirma que as favelas se inserem geralmente em áreas desvalorizadas.

Entre a década de 1980 e 1990, além da ação exploratória dos recursos naturais, ocorreu mais uma etapa da dinâmica social com a abertura de ruas, formação de mais quadras e a expansão de edificações por praticamente toda a área. Intensificaram-se as ocupações com moradias irregulares gerando uma organização espacial labiríntica, se configurando como favela. Assim, a área responde às alterações da população por meio da transformação de sua forma urbana. Observa-se no Timbó um processo de transformação de sucessivas configurações espaciais, visando atender às necessidades de cada morador. Essas transformações estão relacionadas aos conceitos de Paola Jacques (2003) quando a autora relata que o espaço da favela é não estável, uma vez que está sempre passando por mutações, resultando em uma configuração espacial maleável.

A favela do Timbó se desenvolveu inserida no tecido formal da cidade, constituindo um tipo de subespaço com dinâmica diferenciada das áreas adjacentes. No momento de demarcar as áreas a edificar e os acessos, leva-se em consideração a forma natural do terreno com seus acidentes geográficos e elementos naturais que são mantidos ao desviarem das rochas, das árvores de grande porte, dos córregos e ao improvisarem as pequenas pontes de madeira para deslocamento. Não existe modelo a ser seguido, tudo é feito espontaneamente.

Desde o início da ocupação como lugar de moradia, a área tem apresentado um quadro de degradação ambiental que vem aumentando a cada dia. Esse quadro deixa a população do Timbó vivendo constantemente com as tensões de riscos de

deslizamento, soterramento e alagamento/enchentes. Esse cenário é influenciado pela ação de moradores ao jogar lixo no sopé da barreira, pelas canalizações clandestinas que depositam dejetos na barreira intensificando os riscos de desmoronamento e de poluição ambiental. Outro agravante é a ocupação às margens do Rio Timbó, que em tempos de chuva, sofrem com as enchentes.

A geomorfologia da área a divide em duas partes, sendo uma mais elevada, Timbó I, e a outra, Timbó II (Mapa 2). Este se com cota inicial de 20 m e vai até 10 m, sendo quase um vale e foi ocupado inicialmente por estar próximo ao Rio Timbó. O Timbó I está no nível da via oeste com cota de nível de 30 m, situado no topo da barreira, na qual algumas casas são construídas acompanhando o seu contorno. Ao observar o mapa abaixo, torna-se nítido que os elementos físicos como a barreira e o Rio são as fronteiras que separam e, conseqüentemente, impedem a articulação da comunidade com o bairro de forma a dificultar a transição de um lugar a outro, resultando assim, na segregação dos espaços.



Mapa 2: Divisão da Comunidade e as áreas de riscos existentes na comunidade.

Fonte: Doado pela Secretaria de habitação de João Pessoa. Editado pelos Autores.

Ao passar pelo limite entre a comunidade e o bairro, nota-se a mudança na paisagem demonstrando uma divisão social. De um lado, representando a cidade legal, casas maiores com muros altos em vias planas largas asfaltadas com calçadas para pedestre, não apresentando obstruções no espaço público (fig. 01). Do outro, as casas de baixo padrão, apenas no tijolo e sem muros, representam a cidade ilegal em rua sem pavimentação, via obstruída por condições precárias de acessibilidade, córrego a céu aberto e algumas sem calçadas (fig.02). A esse respeito Paola Jacques argumenta que os limites entre a cidade legal e a ilegal são definidos quando se sai do asfalto e passa para uma via de barro.



Figuras 01 e 02: Diferença de padrão construtivo e arruamentos entre a comunidade e o bairro.

Fonte: Autoras, 2012.

No Timbó a segregação se expressa também na sua organização interna que mostra nuances entre as duas partes, Timbó I e Timbó II, através da estratificação socioespacial expressa pelo padrão construtivo das casas, acessibilidade e infraestrutura. O Timbó I é mais valorizado por ter uma articulação com o bairro, usufruir do transporte público e por possuir casas maiores com acabamento diferenciado (fig.03). Já o Timbó II é mais precário, com casas de baixo padrão construtivo, insalubres e sem as mínimas condições de conforto, visto que são pequenas para abrigar todos os componentes da família (fig. 04).



Figura 03 e 04: edificações no Timbó I e II mostram a divisão socioeconômica na comunidade.

Fonte: Acervo autores, 2012.

Na comunidade, o uso do solo é predominantemente residencial, mas pode-se dizer que há também uma diversidade. O comércio maior está consolidado principalmente na Rua Abelardo dos Santos que é a divisa entre a comunidade e o bairro (fig. 05 e 06). No interior também tem alguns estabelecimentos, mas são de pequeno porte, com exceção de um supermercado localizado na Rua Margarida Alves. Esse pequeno comércio, para alguns moradores, atende às necessidades diárias, oferecendo bens e serviços geralmente mais baratos e adaptados às realidades socioculturais deles, sendo estas características da vida na favela. Verifica-se ainda, a presença de edificações religiosas de várias religiões, o que ratifica a diversidade cultural dos moradores. O comércio localizado na borda da comunidade atende à população do entorno e da comunidade. No entanto, os pequenos pontos no interior só são frequentados pelos próprios moradores. Sendo assim, pode-se dizer que a

localização e o porte do comércio estão relacionados à qualidade de infraestrutura das ruas e que também influenciam no acesso à renda.



Figuras 05 e 06: Comércio consolidado na periferia da favela.

Fonte: Autoras, 2012.

A análise da ocupação do solo foi auxiliada pelas ortofotocartas, datadas dos anos de 1978, 1989, 1998, que permitiram observar a evolução da ocupação da área e assim entender as transformações pelas quais passou. Logo, percebeu-se que a cada período a área passou por mutações através da dinâmica social, interferindo na sua função espacial quando deixou de ser jazida de saibro e transformou-se em moradia para população carente, modificando sua forma e estrutura urbana que era um grande terreno vazio coberto por vegetação e passou a ser ocupado espontaneamente com a abertura de caminhos para lotear.

A forma urbana da comunidade caracterizada pela irregularidade do traçado, a falta de recuos entre as casas e o avanço sobre o espaço público é resultante do sítio no qual se insere e do processo de ocupação espontânea, uma vez que este aconteceu em resposta às necessidades de obter uma moradia por parte da população carente. Assim, considera-se que a forma é definida também pelo fator social, visto que a população carente atua com a ocupação irregular diante da falta de condições de pagar pelo alto valor do mercado.

3.2 Infraestrutura urbana e serviços públicos

A comunidade apresenta um quadro de descaso por parte do governo para solucionar os problemas urbanísticos existentes, dentre eles, insalubridade, alta densidade demográfica, riscos naturais ambientais e infraestrutura precária, uma vez que os investimentos públicos para área são bem reduzidos quando comparados aos bairros circunvizinhos. Dentre os maiores problemas de infraestrutura da área podemos citar: contenção da barreira, problemas sanitários, acessibilidade das calçadas (quando existem), lixo jogado nas ruas e a não pavimentação da maioria das ruas.

A barreira que se configura não apenas como um limite da comunidade, mas também como um fator de alto risco de desmoronamento e soterramento para a poluição a qual sofre principalmente nos períodos de chuvas intensas. A Defesa Civil

coloca a população sob alerta dos riscos eminentes, no entanto, apesar dos moradores conhecerem os riscos de estarem nas proximidades da encosta, afirmam não terem outra possibilidade de moradia devido ao alto valor dos lotes nos bairros próximos.

A falta de esgotamento sanitário em parte da comunidade é um problema estruturante. O abastecimento de água é irregular com tubulação exposta. Da mesma forma, as águas servidas são lançadas nas ruas sem qualquer tipo de tratamento. Ainda neste contexto, algumas unidades habitacionais possuem saneamento constituído pela rede pública, porém este não funciona, ocasionando o transbordamento das galerias do sistema de esgoto (fig. 07). Outro fator que contribui para a insalubridade do local, é o subdimensionamento da estação elevatória, próxima às margens do Rio Timbó, que não suporta a forte demanda. O quadro exposto provoca mau cheiro nas ruas, além de contribuir para proliferação de doenças, aparecimento de insetos e dificultar a ação dos agentes de saúde com a população local, pois as crianças brincam nas ruas e acabam tendo contato direto com o solo e água contaminados (fig. 08). Portanto, pode-se perceber que a carência de infraestrutura da forma construída atrelado ao abandono e descaso do poder público, favorecem e acentuam o cenário de precariedade.



Figuras 07 e 08: Sistema de esgoto inadequado e insuficiente prejudica a saúde das crianças que brincam nas ruas.

Fonte: Autoras, 2012.

Os dados mostram que a área da comunidade possui um adensamento populacional de 290, 55 hab/ha, mas este número é bem menor que o nível ótimo de 600 hab/ha, o qual garante máximo retorno de investimentos em provisão de infraestrutura em cidades de porte médio (MASCARÓ, 1987 *apud* CARDOSO, 2007). Contudo, no contexto da pobreza, das condições morfológicas e de infraestrutura, densidades mais altas servem de indicadores para provisão de infraestrutura física. Um dos fatores que contribui para esse adensamento é o uso de portões fechando becos na tentativa de definir novos limites e ampliar suas casas. Deste modo, acabam formando pequenas vilas e invadindo o espaço público com ocupação do solo praticamente em sua totalidade, sem deixar vazios entre as edificações (fig. 09).



Figura 09: Adensamento construtivo no Timbó.

Fonte: Autoras, 2012.

É importante destacar que o espaço da comunidade está em constante modificação pela ação dos moradores e que as condições de precariedade das vias se estendem às moradias. A partir destas construções responsáveis pela transformação do sítio a paisagem ganha uma volumetria movimentada com diferentes cores. Essas transformações realizadas pelos moradores fazem alusão aos conceitos de Paola Jacques quando afirma que as constantes transformações geram uma moradia fragmentada formalmente. Diferentemente da cidade formal que seu tecido urbano é definido antes da ocupação, no Timbó seu traçado é definido posteriormente e não pré-determinado.

Entende-se então, que as características físicas do bairro e da comunidade retratam as diferentes particularidades socioeconômicas de seus habitantes, reproduzindo as distintas maneiras de habitar a cidade com seus diferentes níveis de participação e inclusão social. É bastante complexo definir os limites entre o público e o privado dentro do contexto apresentado e essa relação é fundamental para diferenciar a cidade legal da ilegal. Segundo Paola Jacques, na favela esses espaços estão estreitamente ligados, principalmente durante o dia quando as ruas tornam-se continuação das casas, espaços semiprivados, enquanto a maioria das casas, com suas portas abertas, se transforma em espaços semipúblicos. Essa integração do público com o privado, segundo a autora, traz para os moradores a ideia da favela como uma grande casa coletiva. A esse respeito pode-se dizer que a Comunidade do Timbó apesar de se integrar internamente, se constitui como um espaço segregado não apenas em relação ao bairro, mas também, à cidade.

3.3 Aspectos sociais

Apesar de não existir áreas públicas para lazer, pode-se perceber o relacionamento dos moradores com o meio urbano através da forte sociabilidade. Nota-se uma intensificação dessa sociabilidade nos finais de semana com a concentração de moradores nos bares, igrejas e nas próprias ruas. A ajuda mútua, o sentar na porta de casa para conversar e o caminhar cumprimentando os vizinhos, são ações valiosas encontradas na favela, ao contrário da cidade formal que as ruas passaram por um

esvaziamento, não tendo mais essa vitalidade. Essas ações são valores sociais não encontrados na cidade formal e constituem vínculos que são obtidos no dia a dia da vida na favela e assim, originam uma rede social formada por hábitos e modos de vida semelhantes que podem contribuir para tornar a vida menos difícil e mais prazerosa para algumas pessoas da comunidade.

Essa situação confirma a citação de Ana Fani Carlos que diz: “a cidade oferece à sociedade um conjunto ilimitado de escolhas e de condições de vida. Como cada um consumirá o espaço ou satisfará suas necessidades, dependerá do lugar que ocupa no processo de produção da cidade” (CARLOS, 1994, p.53). Esses aspectos expressam a segregação e o preconceito que os moradores do Timbó sofrem. Diante desse contexto, é notório que a comunidade possui restrições com relação à liberdade social e isso resulta na busca por alternativas de sobrevivência através da informalidade, vivendo com seus próprios valores e códigos, visto que não podem contar com as leis, tampouco com a assistência social oficial. Portanto, essa situação reforça a segregação de modo a anular as possibilidades de sociabilidade e de integração com a cidade legal, impedindo que alcance melhores condições de educação, trabalho e conseqüentemente de melhoria da qualidade de vida.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Está exposto que as condições de precariedade das favelas brasileiras reportam as mais diversas situações de ilegalidade. A este princípio reafirma-se que a favela do Timbó se constituiu na informalidade e na segregação social e espacial. O preconceito é a forma mais cruel que a segregação se apresenta. O fato de morar nesse espaço exclui o morador socialmente de muitas oportunidades de trabalho expondo-os ao mercado informal e à criminalidade. Logo, é negado o acesso à cidade urbanizada com todos os serviços públicos necessários ao bem-estar social e principalmente ao direito constitucional da moradia digna. A esse respeito o estudo direcionado à comunidade do Timbó demonstrou aspectos importantes de sua sociabilidade, evidenciando a forte exclusão dos espaços da favela com relação à cidade legal.

O tipo de análise apresentada neste trabalho reforça a importância de estudar o modelo de cidade vigente, de forma a contribuir com o planejamento urbano para constituição de cidades mais justas e humanas, cujas desigualdades sejam menos expressivas.

REFERÊNCIAS

ALVA, Eduardo Neira. **Metrópoles (in)sustentáveis**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

BÓGUS, Lúcia Maria Machado. **Segregações urbanas**. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério (org.). Plural de cidade: novos léxicos urbanos. Coimbra: Almedina, 2009.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte. **O espaço alternativo: vida e forma urbana nas baixadas de Belém.** Belém: EDUFPA, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re) produção do espaço urbano.** São Paulo: Edusp, 1994.

FAC (Fundação de Ação Comunitária). **Aglomerados subnormais nos municípios de João Pessoa, Cabedelo, Bayeux e Santa Rita.** João Pessoa, 2002.

IBGE. **Estudo demográfico – censo 2000.** João Pessoa: Secretaria do Planejamento – Prefeitura Municipal de João Pessoa, 2015.

IBGE. **Estudo demográfico – censo 2010.** Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: Abril, 2010.

JACQUES, Paola Berenstin. **Estética da ginga: a arquitetura das favelas.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

PEQUENO, Renato. **Políticas habitacionais, favelização e desigualdades socioespaciais nas cidades brasileiras: transformações e tendências.** Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2008, v. XII, n. 270, agosto de 2008.

SCOCUGLIA, JovankaBaracuhy. **Imagens da cidade: patrimonialização, cenários e práticas sociais.** João Pessoa: Editora Universitária, 2010.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intraurbano no Brasil.** 2ª edição. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-447-4

